

LITERATURA BRASILEIRA E COMPARADA, TEORIA LITERÁRIA, NARRATIVA, POESIA, LITERATURA E MEMÓRIA, CÂNONE E RESISTÊNCIA

BRAZILIAN AND COMPARATIVE LITERATURE: LITERARY THEORY, NARRATIVE, POETRY, MEMORY, CANON AND RESISTANCE

Amarildo João Espíndola

Universidade de Brasília, Brasil
Doutor em Literatura

Davi Pereira da Silva Júnior

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Graduado em Letras Libras

Herivelton de Vasconcelos Vitor

Instituto Nacional de Educação de Surdos, Brasil
Mestrando em Educação Bilíngue

Mauricio Damasceno Souza

Universidade Federal da Bahia, Brasil
Mestre em Literatura e Cultura

Patrícia Kelly Pinheiro Souza

Instituto Nacional de Educação de Surdos, Brasil
Mestranda em Educação Bilíngue

Maisa Conceição Silva

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Doutora em Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i6.673>

Aceito em: 06.05.2026

RESUMO: Este artigo discute as relações entre Literatura Brasileira e Comparada, Teoria Literária, Narrativa, Poesia, Memória, Cânone e Resistência, considerando a literatura como uma prática cultural capaz de produzir sentidos, preservar experiências históricas e contribuir para a construção de identidades individuais e coletivas. A partir de uma abordagem bibliográfica fundamentada em estudos da teoria literária, da crítica cultural e da literatura comparada, analisa-se o papel da narrativa e da poesia na elaboração da memória e na representação da subjetividade. O estudo evidencia que a literatura não se limita à reprodução da realidade, mas atua como espaço de recriação simbólica do mundo, articulando linguagem, história e experiência humana. Além disso, discute-se a formação do cânone literário brasileiro e os mecanismos de legitimação cultural que historicamente favoreceram determinadas obras e autores em detrimento de outros. Nesse contexto, destacam-se as produções literárias vinculadas às perspectivas de resistência, especialmente

aquelas associadas a grupos historicamente marginalizados, como escritores negros, mulheres e sujeitos periféricos, que questionam os modelos tradicionais de representação e ampliam os horizontes interpretativos da crítica contemporânea. A análise demonstra que a memória literária desempenha papel fundamental na preservação das experiências coletivas, ao mesmo tempo em que possibilita a reelaboração de identidades e a problematização de narrativas hegemônicas. Conclui-se que a literatura constitui um importante instrumento de reflexão crítica, construção de sentidos e resistência cultural, reafirmando sua relevância para a compreensão das relações entre cultura, história, subjetividade e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Brasileira. Literatura Comparada. Teoria Literária. Memória. Resistência.

ABSTRACT: This article discusses the relationships among Brazilian and Comparative Literature, Literary Theory, Narrative, Poetry, Memory, Canon and Resistance, considering literature as a cultural practice capable of producing meanings, preserving historical experiences and contributing to the construction of individual and collective identities. Based on a bibliographical approach grounded in literary theory, cultural criticism and comparative literature, the study analyzes the role of narrative and poetry in the elaboration of memory and the representation of subjectivity. The research demonstrates that literature is not limited to reproducing reality but acts as a space for the symbolic recreation of the world, articulating language, history and human experience. Furthermore, it examines the formation of the Brazilian literary canon and the mechanisms of cultural legitimization that have historically privileged certain works and authors over others. In this context, special attention is given to literary productions associated with resistance perspectives, particularly those linked to historically marginalized groups, such as Black writers, women and peripheral subjects, whose works challenge traditional models of representation and expand the interpretative horizons of contemporary criticism. The analysis highlights that literary memory plays a fundamental role in preserving collective experiences while enabling the reconstruction of identities and the questioning of hegemonic narratives. It is concluded that literature constitutes an important instrument of critical reflection, meaning-making and cultural resistance, reaffirming its relevance to understanding the relationships among culture, history, subjectivity and society.

KEYWORDS: Brazilian Literature. Comparative Literature. Literary Theory. Memory. Resistance.

Introdução

A literatura brasileira, em diálogo com a literatura comparada e com a teoria literária, constitui um campo de investigação marcado por tensões históricas, estéticas, culturais e políticas. Ao tratar de narrativa, poesia, memória, cânone e resistência, torna-se necessário compreender a literatura não apenas como manifestação artística, mas também como prática simbólica capaz de registrar experiências, produzir sentidos, disputar lugares de fala e tensionar estruturas de poder historicamente consolidadas. Nesse sentido, a produção literária brasileira não pode ser estudada de modo isolado, uma vez que sua formação esteve vinculada às relações entre dependência e autonomia, tradição e ruptura, centro e margem, nacionalidade

e diferença.

A reflexão sobre a literatura brasileira e comparada exige considerar que o cânone literário não é uma entidade fixa, neutra ou definitivamente estabelecida. Pelo contrário, o cânone é resultado de escolhas históricas, institucionais e críticas, sendo constantemente redefinido conforme os interesses, valores e horizontes de leitura de cada época. Cairo observa que, “em se tratando de cânone literário, cada período busca redefini-lo em função da tradição que melhor se adequa ao horizonte de perspectivas de quem, no presente, o seleciona” (Cairo, 2001, p. 33). Desse modo, estudar o cânone significa também interrogar os critérios de seleção, exclusão e legitimação que determinaram quais autores, obras, gêneros e vozes passaram a ocupar lugar de prestígio na história literária brasileira.

No caso brasileiro, a constituição do cânone esteve profundamente associada ao processo de formação da identidade nacional. A crítica literária do século XIX buscou organizar um corpo de obras e autores capazes de representar a nação, muitas vezes a partir da tentativa de diferenciar a literatura brasileira das matrizes europeias, especialmente portuguesas. Segundo João Alexandre Barbosa, citado por Cairo, “a formação do cânone literário seguiu, de bem perto, o próprio desenvolvimento de nossas relações de dependência e de autonomia com vistas às fontes metropolitanas” (Barbosa, 1996, p. 23 *apud* Cairo, 2001, p. 33). Essa observação permite compreender que o cânone brasileiro nasceu atravessado por uma tensão constitutiva: de um lado, a busca por autonomia estética e cultural; de outro, a permanência de modelos europeus como parâmetros de validação literária.

A literatura comparada, nesse contexto, torna-se fundamental para analisar as relações entre textos, tradições, culturas e sistemas literários. Ela permite examinar como a literatura brasileira se construiu em diálogo, confronto e negociação com outras literaturas, sobretudo no interior de processos coloniais e pós-coloniais. A comparação não se limita à identificação de semelhanças temáticas ou formais, mas envolve a compreensão das trocas culturais, das assimetrias históricas e dos deslocamentos simbólicos que configuram a produção literária. Por isso, ao estudar literatura brasileira e comparada, é preciso observar tanto as influências recebidas quanto os modos de resistência, reelaboração e invenção produzidos pelos escritores brasileiros.

A teoria literária, por sua vez, oferece instrumentos para compreender a literatura como linguagem, forma, discurso e prática social. A narrativa e a poesia, nesse campo, não devem ser vistas apenas como gêneros distintos, mas como formas de organização da experiência humana. A narrativa estrutura temporalidades, personagens, conflitos e memórias; a poesia, por sua vez, intensifica a linguagem, produz imagens, desloca sentidos e condensa experiências subjetivas e coletivas. Conforme Pereira, ao discutir a narrativa poética, Ralph Freedman compreende que ela se relaciona diretamente à subjetividade do narrador, responsável não somente pela descrição, mas pela recriação do mundo exterior; já Jean-Yves Tadié enfatiza a articulação entre espaço, tempo, personagem e mito na criação de um mundo próprio pela narrativa poética (Pereira, 2016, p. 10).

Essa perspectiva é relevante porque permite compreender que a literatura não reproduz simplesmente a realidade: ela a transforma por meio da linguagem. A narrativa literária, especialmente quando se aproxima do poético, cria formas de percepção que ultrapassam a linearidade dos acontecimentos. Pereira afirma que a narrativa se torna lírica quando a dimensão horizontal da trama deixa de ser predominante e quando a narrativa vertical, marcada pelo mergulho na interioridade e nas percepções do sujeito, passa a ser essencial para a compreensão da obra e de seu herói (Pereira, 2016, p. 17). Assim, narrativa e poesia podem ser compreendidas como modos complementares de elaboração estética da memória, da história e da subjetividade.

A relação entre literatura e memória ocupa lugar central nesse debate. A memória literária não corresponde apenas à lembrança individual de um autor ou personagem, mas envolve processos de seleção, esquecimento, reconstrução e invenção. A literatura pode transformar experiências pessoais, coletivas e históricas em matéria estética, convertendo lembranças em imagens, vozes e narrativas. Baunilha, ao discutir a memória em três tempos da literatura brasileira, afirma que o trabalho de criação literária pressupõe um exercício memorialístico que, materializado na palavra, torna-se memória literária (Baunilha, 2016, p. 8). Essa formulação indica que a literatura atua como espaço de preservação e transfiguração da experiência.

Nesse sentido, os textos literários podem ser compreendidos como lugares de memória. Mello e Cordeiro, citados por Baunilha, afirmam que “os textos literários são lugares de memória na medida em que, de modo ficcional ou poético, recuperam experiências de vida, ressuscitam lembranças caídas no esquecimento, impressões sobre a realidade e sobre vagos fantasmas que habitam os humanos” (Mello; Cordeiro, 2012, p. 10 *apud* Baunilha, 2016, p. 21). Tal compreensão amplia o papel da literatura, pois ela não apenas narra acontecimentos, mas também recupera experiências silenciadas, reelabora traumas e produz formas simbólicas de resistência ao esquecimento.

A memória, entretanto, não pode ser pensada sem o esquecimento. A literatura opera justamente na tensão entre aquilo que permanece e aquilo que se apaga, entre aquilo que pode ser narrado e aquilo que retorna como fragmento, ausência ou silêncio. Pereira observa, a partir de Santo Agostinho, que a memória pode ser compreendida como um “vasto palácio” de impressões apreendidas pela percepção, mas também ressalta que o esquecimento se relaciona diretamente com a memória, em permanente tensão com ela (Pereira, 2016, p. 18). Essa tensão é decisiva para a literatura, pois a escrita literária frequentemente nasce da tentativa de dar forma ao que foi perdido, reprimido, marginalizado ou historicamente negado.

Quando articulada ao cânone, a memória revela também uma dimensão política. A história literária oficial, ao selecionar determinadas obras e excluir outras, produz uma memória cultural hierarquizada. Assim, o cânone não é apenas uma lista de obras consagradas; é também um dispositivo de memória, pois define o que deve ser lembrado, ensinado, publicado e transmitido. Ao mesmo tempo, ele pode funcionar como mecanismo de esquecimento, sobretudo quando silencia autores negros, indígenas, mulheres, sujeitos periféricos e produções literárias que não

se ajustam aos modelos hegemônicos de valor estético. Por isso, discutir literatura e memória implica necessariamente discutir poder, representação e resistência.

A literatura negra-brasileira evidencia essa problemática com especial força. Gomes questiona “qual é a cor do cânone literário brasileiro?” e analisa as formas de silenciamento e apagamento de discussões étnico-raciais nas produções literárias hegemônicas (Gomes, 2017, p. 120). A autora compreende que a escrita de França e de outros autores da literatura negra-brasileira reivindica a valorização e o reconhecimento do protagonismo de narrativas e personagens subalternizados pelo discurso hegemônico (Gomes, 2017, p. 120). Assim, a resistência literária ocorre tanto no plano temático quanto no plano institucional, pois envolve a luta pela presença de vozes historicamente excluídas dos espaços de legitimação cultural.

Nessa direção, o processo de apagamento de autores negros deve ser compreendido como parte de uma estrutura mais ampla de exclusão. Gomes destaca que a invisibilização de escritores negros e escritoras negras ocorre já no processo de não consagração canônica, resultando na ausência desses autores, de suas obras e de suas temáticas nos compêndios fundamentais da literatura brasileira (Khote, 2003, p. 108 *apud* Riso, 2014, p. 21 *apud* Gomes, 2017, p. 121). Essa reflexão demonstra que o cânone literário brasileiro não é apenas um problema estético, mas também social, racial, histórico e político.

A resistência, portanto, manifesta-se como gesto de escrita, de memória e de contestação. Em contextos marcados por colonialidade, racismo, violência, autoritarismo e desigualdade, a literatura pode funcionar como espaço de denúncia, reexistência e reconfiguração simbólica. Walter, ao discutir literatura, teoria e descolonização, entende que a literatura e a teoria podem atuar na descolonização das colonialidades do ser e do estar, especialmente quando problematizam memória, cultura, entre-lugar e resistência (Walter, 2023, p. 9). Dessa forma, a literatura comparada, quando orientada por uma perspectiva crítica e descolonizadora, permite compreender as obras literárias como práticas de reorientação cultural.

A resistência literária também se expressa na crítica às violências canônicas. Araújo discute a relação entre historiografia literária, violência canônica e domesticação da alteridade, destacando que determinados modelos críticos podem transformar a diferença em objeto assimilável, reduzindo sua força disruptiva (Araújo, 2021, p. 109). A noção de “violência canônica” contribui para compreender como certos discursos literários e historiográficos podem incluir a alteridade apenas sob a condição de neutralizá-la, enquadrando-a em parâmetros universais, nacionais ou estéticos previamente definidos.

Essa crítica é importante para que a literatura brasileira não seja analisada apenas a partir de autores consagrados ou de períodos tradicionais, mas também por meio das margens, das dissidências e das vozes que tensionam o próprio conceito de literatura. Cruz, ao discutir teoria e literatura brasileira contemporânea, afirma que as tensões sofridas pelo cânone diante de novas produções em narrativa e poesia recolocam em debate conceitos como “literatura menor”, “contraliteraturas”, “literatura marginal” e “literatura ruidosa” (Cruz, 2017, p. 12). Tais

categorias demonstram que a literatura contemporânea amplia os limites do campo literário e exige novas formas de leitura crítica.

Desse modo, narrativa e poesia assumem papel decisivo na construção de uma literatura de resistência. A narrativa permite organizar experiências históricas, subjetivas e coletivas, enquanto a poesia intensifica a palavra e produz uma linguagem capaz de ferir, revelar, denunciar e reconstruir. A poesia negra, a poesia marginal, a literatura de autoria feminina, a literatura indígena e outras formas de escrita contra-hegemônica revelam que a linguagem literária pode desafiar a memória oficial e produzir outras formas de pertencimento. A literatura, nesse caso, não se limita ao belo ou ao universal abstrato; ela se constitui como campo de disputa pelo direito de existir, narrar, lembrar e significar.

A relação entre história e literatura também se torna indispensável para o tema proposto. Vieira afirma que não se trata apenas de historiar a literatura, mas de pensar “com e mediante a literatura”, envolvendo História Cultural, História Social da Cultura, História Intelectual, Teoria da História e outros campos interdisciplinares (Vieira, 2025, p. 2). Essa perspectiva permite compreender que o texto literário não é um documento transparente da realidade, mas uma forma complexa de mediação entre experiência, linguagem, imaginação e contexto histórico.

Assim, a literatura brasileira e comparada deve ser abordada como campo de intersecção entre forma estética, memória cultural e resistência política. A análise da narrativa, da poesia e do cânone revela que a literatura é atravessada por conflitos de interpretação, disputas de legitimidade e processos de exclusão. Ao mesmo tempo, ela oferece possibilidades de reconstrução simbólica, pois permite que sujeitos e grupos historicamente silenciados inscrevam suas experiências no espaço público da linguagem.

Diante disso, este artigo parte da compreensão de que a literatura brasileira, em diálogo com a teoria literária e a literatura comparada, constitui um território de disputa entre memória e esquecimento, tradição e ruptura, hegemonia e resistência. A narrativa e a poesia serão consideradas como formas privilegiadas de construção de sentidos, capazes de articular subjetividade, história, cultura e crítica social. O cânone, por sua vez, será problematizado como uma estrutura historicamente construída, que precisa ser revista à luz de perspectivas críticas, comparatistas, decoloniais e inclusivas.

Portanto, discutir **Literatura Brasileira e Comparada, Teoria Literária, Narrativa, Poesia, Literatura e Memória, Cânone e Resistência** significa reconhecer que a literatura é, simultaneamente, arte da linguagem, arquivo da experiência e prática de enfrentamento simbólico. Ela conserva memórias, mas também denuncia apagamentos; dialoga com tradições, mas também as desestabiliza; participa da formação cultural de uma sociedade, mas também revela suas contradições. Nesse horizonte, a literatura se apresenta como espaço de criação, crítica e resistência, no qual a palavra poética e narrativa torna possível visitar o passado, interrogar o presente e imaginar novas formas de existência histórica e cultural.

Referencial teórico

Literatura brasileira e comparada: diálogos entre cultura, história e identidade

A Literatura Brasileira e Comparada constitui um campo de investigação que ultrapassa os limites da análise estritamente textual, permitindo compreender os processos históricos, culturais e identitários que permeiam a produção literária. Ao estabelecer diálogos entre diferentes tradições, épocas e contextos socioculturais, a literatura comparada possibilita a compreensão da obra literária como fenômeno histórico e cultural, articulado às dinâmicas sociais e às transformações das identidades individuais e coletivas.

A constituição da literatura brasileira esteve diretamente associada ao projeto de construção da identidade nacional. Durante o século XIX, intelectuais e críticos buscaram consolidar uma tradição literária capaz de representar a singularidade cultural do país. Nesse contexto, a literatura passou a desempenhar papel fundamental na elaboração simbólica da nação, contribuindo para a formação de um imaginário coletivo acerca da história, da cultura e da identidade brasileira.

Segundo Cairo (2001, p. 33), a criação do cânone literário brasileiro foi fortemente influenciada pelas ideias da crítica romântica europeia, que contribuíram para a consolidação de uma identidade nacional baseada em determinados valores culturais e estéticos. O autor afirma que “na primeira metade do século XIX, os críticos brasileiros criaram o cânone da história da literatura brasileira, influenciados pelas ideias da crítica romântica europeia que contribuíram para a construção da identidade nacional desta literatura” (Cairo, 2001, p. 32). Essa observação evidencia que a literatura brasileira nasceu em permanente diálogo com outras tradições culturais, especialmente europeias, configurando um espaço privilegiado para os estudos comparatistas.

A literatura comparada surge justamente como instrumento teórico capaz de analisar essas relações interculturais. Longe de limitar-se à investigação de influências entre autores e obras, a disciplina busca compreender os processos de circulação de ideias, valores, representações e formas estéticas entre diferentes sistemas literários. Nessa perspectiva, a comparação literária permite evidenciar as aproximações e os distanciamentos que caracterizam a construção das identidades culturais.

Walter (2023) destaca que a literatura comparada contemporânea tem assumido papel relevante na problematização das relações entre literatura, cultura e descolonização. Para o autor, os estudos comparatistas contribuem para questionar narrativas hegemônicas e promover a valorização de experiências historicamente marginalizadas. Ao refletir sobre o papel da literatura nas sociedades contemporâneas, Walter afirma que os textos literários constituem espaços de resistência cultural e de reconstrução de memórias coletivas, especialmente em contextos marcados pela colonialidade e pela exclusão social.

A relação entre literatura e história representa outro aspecto fundamental para a compreensão da literatura brasileira e comparada. Durante muito tempo, a crítica literária e a

historiografia foram concebidas como campos distintos. Entretanto, os estudos contemporâneos têm evidenciado a impossibilidade de separar completamente a produção literária dos contextos históricos em que ela se insere.

Vieira (2025) observa que as relações entre história e literatura envolvem processos complexos de construção de sentidos, nos quais subjetividade e objetividade, texto e contexto, forma e conteúdo se articulam continuamente. Segundo a autora, não se trata apenas de historiar a literatura, mas de pensar a história por meio da literatura, reconhecendo a capacidade dos textos literários de representar experiências humanas, conflitos sociais e transformações culturais.

Nesse sentido, a literatura pode ser compreendida como uma forma específica de conhecimento da realidade. Embora não possua compromisso com a factualidade histórica, ela é capaz de revelar aspectos da experiência humana que muitas vezes escapam aos registros documentais tradicionais. A obra literária cria possibilidades de interpretação do mundo social, contribuindo para a compreensão das tensões, contradições e permanências presentes em diferentes períodos históricos.

Antonio Candido (2006), citado por Araújo (2021), defende que a literatura desempenha importante função humanizadora, permitindo aos indivíduos desenvolverem sensibilidade crítica diante das desigualdades e injustiças sociais. Nessa perspectiva, a literatura não constitui apenas manifestação estética, mas também prática cultural capaz de ampliar a compreensão da realidade social. Como destaca Ginzburg (2017 *apud* Araújo, 2021, p. 110), a reflexão literária pode estar diretamente vinculada à resistência cultural e à consciência das opressões históricas.

A dimensão identitária da literatura manifesta-se de maneira particularmente significativa no contexto brasileiro. A formação histórica do Brasil foi marcada por processos de colonização, escravidão, imigração e miscigenação cultural, fatores que contribuíram para a construção de identidades múltiplas e frequentemente conflitivas. A literatura, nesse contexto, torna-se espaço privilegiado para a representação dessas experiências e para a elaboração simbólica das diferenças culturais.

Ao analisar a literatura negra de autoria feminina, pesquisadores contemporâneos têm destacado a importância da escrita como instrumento de afirmação identitária e resistência. As coletâneas produzidas por mulheres negras, por exemplo, evidenciam a construção de narrativas que valorizam ancestralidade, memória e pertencimento cultural. Essas produções desafiam modelos tradicionais de representação e ampliam os limites do cânone literário brasileiro.

A discussão sobre identidade conduz inevitavelmente à reflexão acerca do cânone literário. O cânone pode ser entendido como o conjunto de obras consideradas representativas de uma determinada tradição cultural. Entretanto, sua constituição resulta de processos históricos de seleção e exclusão que refletem relações de poder presentes na sociedade.

Segundo Cairo (2001, p. 33), o cânone permanece vivo porque cada período histórico procura redefini-lo de acordo com suas próprias necessidades culturais e ideológicas. Dessa

forma, o que é considerado literatura de valor não depende exclusivamente de critérios estéticos, mas também de fatores sociais, políticos e institucionais.

Essa compreensão é aprofundada por Cruz (2017), ao discutir as tensões contemporâneas entre produções canônicas e não canônicas. O autor argumenta que conceitos como literatura marginal, contraliteratura e literatura menor revelam os conflitos existentes entre o centro e as margens do sistema literário. Conforme afirma:

O primeiro deles se refere diretamente ao cânone em manter-se incólume, podendo também, paradoxalmente, admitir a inclusão de textos não-canônicos que sejam possibilidade de continuidade do modelo estético divulgado como universal (Cruz, 2017, p. 12).

Essa observação evidencia que o cânone não é uma estrutura estática, mas um campo de disputas simbólicas no qual diferentes grupos sociais buscam reconhecimento e legitimidade cultural.

A crítica ao cânone ganha força especialmente a partir das discussões sobre memória e resistência. Diversos autores têm demonstrado que os processos de canonização frequentemente resultam no apagamento de vozes dissidentes, especialmente aquelas associadas a grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a literatura de resistência surge como estratégia de enfrentamento às formas de silenciamento produzidas pelas narrativas oficiais.

Gomes (2017), ao analisar a poesia negra-brasileira, questiona os mecanismos de apagamento presentes na memória cultural dominante e argumenta que a literatura negra reivindica o protagonismo de narrativas historicamente subalternizadas. A autora destaca que tais produções literárias atuam como formas de resistência ao racismo estrutural e aos processos de exclusão presentes na história da literatura brasileira.

A relação entre memória, literatura e identidade também tem sido amplamente discutida pelos estudos literários contemporâneos. A memória não se limita à recordação do passado, mas constitui processo ativo de reconstrução e atribuição de sentidos às experiências vividas. A literatura participa desse processo ao transformar lembranças individuais e coletivas em narrativas capazes de preservar experiências, registrar traumas e construir identidades.

Baunilha (2016) afirma que a criação literária pressupõe um exercício memorialístico que, ao materializar-se na linguagem, transforma-se em memória literária. A literatura converte experiências históricas e subjetivas em formas simbólicas que permitem a transmissão cultural entre diferentes gerações.

De modo semelhante, Pereira (2016) observa que a narrativa literária frequentemente se estrutura a partir da articulação entre memória e esquecimento, produzindo representações complexas da subjetividade humana. A narrativa poética, em particular, permite explorar dimensões profundas da experiência individual e coletiva, revelando aspectos da identidade que permanecem ocultos nos discursos históricos convencionais.

A literatura comparada amplia essas discussões ao possibilitar o estudo das diferentes formas pelas quais culturas diversas elaboram suas memórias e identidades. A comparação entre obras, autores e tradições literárias permite identificar recorrências temáticas, aproximações estéticas e estratégias narrativas compartilhadas, ao mesmo tempo em que evidencia especificidades históricas e culturais.

Nesse contexto, a literatura brasileira apresenta-se como espaço privilegiado para a análise das relações entre cultura, história e identidade. Sua diversidade temática, linguística e estética reflete a complexidade da formação social brasileira e revela os múltiplos processos de negociação cultural que caracterizam a experiência nacional.

Portanto, a Literatura Brasileira e Comparada constitui um campo de investigação fundamental para a compreensão das relações entre produção cultural, memória histórica e construção identitária. Ao promover o diálogo entre diferentes tradições literárias, a comparação amplia os horizontes interpretativos e possibilita a problematização de narrativas hegemônicas. Simultaneamente, a literatura revela-se espaço de resistência, preservação da memória e afirmação das múltiplas identidades que compõem a sociedade contemporânea.

Teoria literária, narrativa e construção de sentidos

A teoria literária constitui um dos principais campos de investigação das Ciências Humanas, pois se dedica à compreensão dos mecanismos pelos quais os textos literários produzem significados, representam experiências humanas e constroem diferentes formas de percepção da realidade. Ao longo do século XX e início do século XXI, a teoria literária ampliou seus objetos de estudo, ultrapassando a análise estritamente formal das obras para incorporar questões relacionadas à linguagem, à cultura, à memória, à identidade, à recepção e às relações de poder presentes nos processos de produção e interpretação dos textos.

Nesse contexto, a narrativa assume papel central na construção de sentidos, uma vez que representa uma das formas mais complexas de organização da experiência humana. Por meio da narrativa, os sujeitos organizam temporalidades, elaboram memórias, atribuem significados às experiências vividas e constroem representações sobre si mesmos e sobre o mundo. A literatura, enquanto manifestação artística da linguagem, potencializa esse processo ao criar universos ficcionais capazes de ampliar as possibilidades interpretativas da realidade.

A narrativa literária não se limita à simples reprodução dos acontecimentos. Ela constitui um processo de recriação simbólica do mundo, mediado pela linguagem e pela subjetividade do narrador. Segundo Pereira (2016), ao discutir a teoria da narrativa poética desenvolvida por Ralph Freedman, a narrativa literária caracteriza-se pela capacidade de transformar a realidade observada em uma experiência estética marcada pela subjetividade. De acordo com a autora, Freedman compreende que a narrativa poética está diretamente associada ao ponto de vista de quem narra, sendo este responsável não apenas pela descrição dos fatos, mas também pela recriação do mundo exterior (Pereira, 2016).

Essa concepção aproxima-se da compreensão contemporânea segundo a qual a literatura não reproduz a realidade, mas a representa por meio de processos de seleção, organização e transformação simbólica. Dessa forma, a narrativa literária produz sentidos ao estabelecer relações entre acontecimentos, personagens, espaços, tempos e discursos. O texto literário torna-se, assim, um espaço de construção interpretativa, no qual diferentes significados podem emergir a partir da interação entre obra e leitor.

A teoria literária contemporânea tem enfatizado a importância da leitura como processo ativo de produção de sentidos. O significado de uma obra não se encontra inteiramente determinado pelo autor nem exclusivamente inscrito no texto. Pelo contrário, ele é construído na interação entre texto, contexto e leitor. Nesse sentido, a leitura configura-se como prática interpretativa capaz de atualizar constantemente os sentidos da obra literária.

Oliveira e Barberena (2017) observam que a literatura participa das discussões éticas e políticas da sociedade justamente porque possibilita múltiplas interpretações acerca da experiência humana. Para os autores, os estudos literários não podem ser desvinculados dos problemas históricos e sociais que atravessam a contemporaneidade, tais como violência, autoritarismo, desigualdade e exclusão social. A literatura contribui para a reflexão crítica sobre essas questões ao oferecer formas específicas de compreensão do mundo social.

A construção de sentidos na narrativa também está relacionada à organização das categorias fundamentais da ficção: tempo, espaço, personagem e enredo. Jean-Yves Tadié, citado por Pereira (2016), argumenta que a narrativa poética se caracteriza pela articulação singular desses elementos, produzindo uma estrutura narrativa capaz de criar um universo próprio de significação. Para o teórico francês, espaço, tempo, personagem e mito encontram-se profundamente interligados, permitindo que a narrativa estabeleça formas particulares de representação da experiência humana (Tadié *apud* Pereira, 2016).

A relevância dessas categorias narrativas pode ser observada na maneira como a literatura organiza as experiências da memória. A narrativa constitui um dos principais instrumentos utilizados pelos indivíduos para atribuir sentido ao passado e construir identidades. A memória, nesse contexto, não é concebida como simples armazenamento de informações, mas como processo contínuo de seleção, reorganização e interpretação das experiências vividas.

Baunilha (2016) afirma que o trabalho de criação literária pressupõe um exercício memorialístico que, ao ser transformado em linguagem, converte-se em memória literária. Segundo o autor, a literatura permite que experiências individuais e coletivas sejam preservadas, reinterpretadas e transmitidas por meio da narrativa, estabelecendo conexões entre passado, presente e futuro.

A relação entre narrativa e memória revela que a literatura desempenha papel fundamental na construção das identidades culturais. Ao narrar experiências, a literatura não apenas registra acontecimentos, mas produz versões da realidade que influenciam a maneira como indivíduos

e grupos compreendem sua própria história. Nesse sentido, a narrativa constitui um espaço privilegiado para a elaboração simbólica das identidades sociais.

Paul Ricoeur, citado por Baunilha (2016), argumenta que a identidade humana é construída narrativamente. Para o filósofo, os indivíduos compreendem a si mesmos por meio das histórias que contam sobre suas experiências. Assim, a narrativa não representa apenas uma forma de expressão artística, mas um mecanismo fundamental de construção da subjetividade e da memória coletiva (Ricoeur *apud* Baunilha, 2016).

A teoria literária contemporânea também tem destacado a dimensão histórica da produção de sentidos. Os textos literários são produzidos em contextos específicos e dialogam constantemente com questões sociais, culturais e políticas de seu tempo. Entretanto, sua significação não permanece limitada ao momento histórico de sua produção. As obras literárias continuam sendo reinterpretadas por diferentes gerações de leitores, produzindo novos sentidos em contextos distintos.

Vieira (2025) observa que as relações entre literatura e história envolvem processos complexos de construção de significados, nos quais subjetividade e objetividade, forma e conteúdo, texto e contexto encontram-se profundamente articulados. A autora afirma:

O objetivo é superar dicotomias, em prol de percepções mais complexas e interdisciplinares nas dinâmicas de construção de sentidos, como temporalidades e realismos plurais, interações entre subjetividade/objetividade, texto/contexto, forma/contéudo (Vieira, 2025, p. 2).

Essa perspectiva evidencia que a interpretação literária exige uma abordagem capaz de considerar simultaneamente os aspectos formais da obra e os contextos históricos de sua produção e recepção.

As discussões sobre narrativa e construção de sentidos também têm sido ampliadas pelos estudos da literatura comparada. A comparação entre diferentes tradições literárias permite compreender como determinadas formas narrativas circulam entre culturas diversas, sendo apropriadas, transformadas e ressignificadas em contextos históricos específicos.

Walter (2023) destaca que a literatura comparada contemporânea busca compreender os processos de transculturação, deslocamento e descolonização presentes nas produções literárias. Segundo o autor, a literatura e a teoria contribuem para questionar narrativas dominantes e produzir novas formas de interpretação da experiência humana. Nesse sentido, a narrativa literária assume função crítica ao desafiar modelos hegemônicos de representação e ampliar as possibilidades de construção de sentidos.

A dimensão crítica da narrativa manifesta-se especialmente em contextos marcados pela exclusão social e pelo silenciamento de determinados grupos. A literatura frequentemente atua como espaço de resistência simbólica, permitindo que experiências marginalizadas sejam

narradas e reconhecidas. Nesse aspecto, a construção de sentidos ultrapassa o campo estético e adquire relevância ética e política.

Inácio (2021), ao discutir as relações entre literatura, poder e discursos, argumenta que a literatura possui capacidade singular de questionar formas naturalizadas de organização social e cultural. Segundo o autor, a escrita literária cria possibilidades de ruptura com discursos hegemônicos, favorecendo o surgimento de novas formas de subjetividade e de compreensão da realidade.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Adélcio de Sousa Cruz (2017), para quem a literatura contemporânea tem problematizado constantemente os próprios limites do conceito de literatura. Ao analisar produções situadas à margem do cânone tradicional, o autor destaca que categorias como literatura marginal, contraliteratura e literatura menor evidenciam a permanente renovação dos processos de significação literária. Tais produções desafiam modelos estéticos consolidados e ampliam as possibilidades interpretativas da crítica contemporânea.

A narrativa poética ocupa lugar particularmente relevante nesse cenário. Diferentemente das formas narrativas convencionais, ela se caracteriza pela intensificação da linguagem, pela valorização da subjetividade e pela exploração de recursos simbólicos que ampliam os horizontes de interpretação. Pereira (2016) observa que a narrativa poética produz efeitos de sentido que dificilmente seriam alcançados em uma narrativa tradicional, justamente porque articula elementos líricos e narrativos na construção da experiência estética.

Além disso, a poesia e a narrativa compartilham a capacidade de produzir formas alternativas de conhecimento. A linguagem literária não busca apenas informar, mas provocar reflexões, emoções e experiências interpretativas que contribuem para a ampliação da compreensão humana sobre si mesma e sobre o mundo. A literatura constitui, portanto, uma forma específica de conhecimento, distinta das abordagens científicas ou documentais, mas igualmente relevante para a compreensão da realidade.

Conforme destaca Vieira (2025), a literatura permite pensar a história e a cultura por meio de perspectivas múltiplas, revelando dimensões subjetivas da experiência humana frequentemente ausentes em outras formas de discurso. Sua força reside precisamente na capacidade de articular imaginação, memória, linguagem e experiência em processos complexos de construção de sentidos.

Dessa forma, a teoria literária evidencia que a narrativa não constitui apenas uma estrutura formal de organização dos acontecimentos. Ela representa um mecanismo fundamental de produção de significados, construção de identidades e elaboração das experiências humanas. Ao articular memória, história, subjetividade e linguagem, a narrativa literária transforma-se em espaço privilegiado para a construção de sentidos, contribuindo para a compreensão crítica da cultura, da sociedade e da própria condição humana.

Poesia, memória e subjetividade na produção literária

A poesia constitui uma das mais antigas e complexas manifestações da linguagem humana. Ao longo da história, o discurso poético tem se destacado pela capacidade de condensar experiências individuais e coletivas, transformar percepções subjetivas em expressão estética e preservar memórias que atravessam diferentes contextos históricos e culturais. Nesse sentido, poesia, memória e subjetividade configuram dimensões profundamente interligadas da produção literária, uma vez que a linguagem poética frequentemente se apresenta como espaço privilegiado para a elaboração simbólica das experiências humanas.

A relação entre poesia e memória pode ser observada desde as origens da tradição literária ocidental. Antes mesmo da consolidação da escrita, a poesia desempenhava importante função na preservação e transmissão dos conhecimentos coletivos. Por meio do ritmo, da musicalidade e da repetição, os textos poéticos facilitavam a conservação das narrativas históricas, dos mitos fundadores e das experiências compartilhadas pelos grupos sociais. A memória, portanto, não constitui apenas tema da poesia, mas um dos fundamentos de sua própria existência.

No âmbito da teoria literária contemporânea, a memória é compreendida como processo dinâmico de construção e reconstrução de sentidos. Ela não corresponde à simples reprodução do passado, mas à reorganização permanente das experiências vividas. A literatura participa desse processo ao transformar lembranças, percepções e afetos em linguagem estética.

Baunilha (2016) afirma que o trabalho de criação literária pressupõe um exercício memorialístico que, ao materializar-se na palavra, converte-se em memória literária. Segundo o autor, a literatura estabelece um diálogo contínuo entre experiência, recordação e representação, permitindo que o passado seja reinterpretado e ressignificado por meio da linguagem. A memória literária, portanto, não reproduz fielmente os acontecimentos, mas cria novas formas de compreensão da experiência humana.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Jacques Le Goff (2003), citado por Baunilha (2016), para quem a memória constitui elemento essencial da identidade individual e coletiva. Segundo o historiador, a memória não se limita ao armazenamento de informações, mas envolve processos de seleção, esquecimento e reconstrução que influenciam diretamente a maneira como os sujeitos percebem a si mesmos e ao mundo. Nesse contexto, a poesia emerge como espaço privilegiado para a expressão dessas experiências memorialísticas.

A subjetividade ocupa posição central nesse processo. A linguagem poética caracteriza-se pela valorização da interioridade, das emoções, das percepções e dos estados de consciência do sujeito. Diferentemente de discursos orientados pela objetividade, a poesia busca explorar as múltiplas dimensões da experiência subjetiva, produzindo representações que frequentemente ultrapassam os limites da racionalidade discursiva.

Ao discutir a narrativa poética, Pereira (2016) destaca que a subjetividade constitui elemento fundamental da construção literária. Com base nos estudos de Ralph Freedman, a

autora argumenta que a recriação do mundo exterior ocorre por intermédio da percepção singular do sujeito que narra ou enuncia. Essa perspectiva pode ser estendida à poesia, uma vez que o poema frequentemente apresenta uma visão particular da realidade, filtrada pelas experiências, emoções e memórias do eu lírico.

A poesia transforma a subjetividade em matéria estética. As experiências individuais deixam de pertencer exclusivamente ao sujeito que as vivenciou e passam a integrar um universo simbólico compartilhado com os leitores. Por essa razão, o discurso poético possui a capacidade de converter experiências particulares em formas universais de sensibilidade.

Antonio Candido (2004) argumenta que a literatura desempenha função humanizadora justamente porque possibilita aos indivíduos ampliarem sua compreensão sobre a condição humana. Segundo o autor, a literatura favorece o desenvolvimento da reflexão, da sensibilidade e da empatia, permitindo que experiências individuais sejam compreendidas em sua dimensão coletiva (Candido, 2004 *apud* Araújo, 2021).

Nesse sentido, a poesia não apenas expressa sentimentos individuais, mas contribui para a construção de memórias coletivas. Os poemas frequentemente registram experiências históricas, conflitos sociais, processos de exclusão e formas de resistência que ultrapassam o âmbito estritamente pessoal. A subjetividade poética torna-se, assim, um instrumento de elaboração da memória social.

Essa dimensão pode ser observada de maneira significativa na poesia contemporânea comprometida com a resistência cultural. Gomes (2017), ao analisar a obra do poeta negro Valdemilton Alfredo de França, destaca que a literatura negra-brasileira atua como espaço de enfrentamento aos processos históricos de silenciamento e apagamento das experiências afrodescendentes. Segundo a autora, a escrita poética reivindica o reconhecimento de narrativas historicamente marginalizadas, transformando a memória em instrumento de resistência.

Ao discutir as estratégias de enfrentamento ao racismo e à exclusão cultural, Gomes afirma:

Entende-se que a escrita de França e de outras/os autoras/es da Literatura Negra-Brasileira reivindicam a valorização e reconhecimento do protagonismo de narrativas e personagens subalternizadas pelo discurso hegemônico (Gomes, 2017, p. 120).

A poesia, nesse contexto, torna-se espaço de preservação da memória coletiva e de afirmação identitária.

A relação entre poesia e resistência também pode ser compreendida a partir das discussões sobre o cânone literário. Historicamente, diversos grupos sociais tiveram suas produções artísticas excluídas dos processos de legitimação cultural. Mulheres, negros, indígenas e sujeitos periféricos frequentemente foram silenciados pelas narrativas oficiais da história literária.

Cruz (2017) observa que a literatura contemporânea tem problematizado continuamente os limites do cânone e os critérios de inclusão e exclusão adotados pelas instituições culturais. Segundo o autor, conceitos como literatura marginal, contraliteratura e literatura menor evidenciam a emergência de novas formas de expressão que desafiam os modelos tradicionais de legitimação estética.

Nessa perspectiva, a poesia pode ser compreendida como espaço de contestação das hierarquias culturais estabelecidas. O discurso poético frequentemente dá voz a experiências silenciadas, transformando a memória em instrumento de resistência simbólica.

A discussão acerca da memória poética também envolve a problemática do esquecimento. A memória não existe sem o esquecimento, uma vez que ambos constituem processos complementares na organização das experiências humanas. A poesia frequentemente emerge justamente da tentativa de preservar aquilo que corre o risco de desaparecer.

Pereira (2016), ao dialogar com Santo Agostinho, Henri Bergson, Walter Benjamin e Paul Ricoeur, destaca que a memória constitui um espaço de tensões permanentes entre lembrança e esquecimento. Segundo a autora, a literatura transforma essa tensão em elemento estruturante da criação artística, permitindo que experiências perdidas ou fragmentadas sejam recuperadas simbolicamente pela linguagem.

A elaboração estética da memória encontra expressão particularmente intensa na poesia lírica. Nesse gênero, o tempo assume caráter subjetivo, sendo frequentemente reorganizado conforme as necessidades da recordação. O passado não aparece como sequência cronológica de acontecimentos, mas como conjunto de imagens, sensações e afetos que retornam à consciência por meio da linguagem poética.

Ao refletir sobre a poesia brasileira, Secchin destaca que a experiência poética não pode ser reduzida a esquemas rígidos de interpretação. O autor argumenta que a poesia escapa continuamente aos esforços de domesticação crítica, exigindo do leitor uma postura interpretativa aberta às ambiguidades e multiplicidades de sentido presentes no texto literário. Essa característica explica a profunda relação entre poesia e subjetividade, uma vez que o poema frequentemente produz significados que não podem ser totalmente fixados ou estabilizados.

A subjetividade poética também se manifesta por meio das imagens literárias. A imagem constitui um dos principais recursos utilizados pela poesia para representar experiências que muitas vezes não podem ser expressas diretamente. Por meio de metáforas, símbolos e associações imagéticas, o poema cria formas de conhecimento capazes de acessar dimensões profundas da experiência humana.

Walter Benjamin (1987), citado por Pereira (2016), argumenta que a memória frequentemente se manifesta por meio de imagens fragmentárias que emergem inesperadamente na consciência. A poesia apropria-se desse mecanismo ao construir representações simbólicas que condensam múltiplos significados em estruturas linguísticas relativamente breves. Dessa

forma, a imagem poética torna-se instrumento privilegiado para a elaboração da memória e da subjetividade.

Além disso, a poesia estabelece uma relação singular com a temporalidade. Diferentemente das narrativas convencionais, organizadas em torno da sucessão dos acontecimentos, o poema frequentemente suspende o fluxo temporal para concentrar-se em instantes específicos de percepção. Essa característica favorece a intensificação da experiência subjetiva e amplia as possibilidades de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro.

A memória cultural também encontra na poesia um importante espaço de preservação. Cairo (2001) observa que os processos de construção do cânone literário estão diretamente relacionados à seleção das obras consideradas representativas da identidade cultural de uma sociedade. Nesse contexto, a poesia desempenha papel relevante na constituição das memórias coletivas, contribuindo para a preservação de valores, símbolos e experiências compartilhadas por diferentes grupos sociais.

Ao mesmo tempo, a literatura contemporânea tem demonstrado que a memória cultural não é homogênea. Diferentes grupos sociais produzem narrativas distintas acerca de suas experiências históricas, frequentemente em conflito com as versões oficiais da memória coletiva. A poesia emerge, assim, como espaço de disputa simbólica, no qual diferentes vozes buscam reconhecimento e legitimidade.

Conforme destaca Walter (2023), a literatura e a teoria contemporâneas têm desempenhado papel importante nos processos de descolonização cultural, permitindo a emergência de narrativas alternativas que questionam estruturas históricas de exclusão e dominação. A poesia participa desse movimento ao valorizar experiências marginalizadas e promover novas formas de representação da memória e da identidade.

Dessa forma, poesia, memória e subjetividade configuram dimensões inseparáveis da produção literária. A poesia transforma experiências individuais em linguagem estética, preserva memórias coletivas, elabora identidades culturais e produz formas singulares de conhecimento sobre a condição humana. Ao articular recordação, imaginação e sensibilidade, o discurso poético amplia as possibilidades de interpretação da realidade e reafirma sua relevância como instrumento de reflexão, resistência e construção de sentidos.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a literatura brasileira, quando observada sob a perspectiva da literatura comparada e da teoria literária, constitui um campo dinâmico de produção de sentidos, no qual cultura, história, memória, identidade e resistência encontram-se profundamente articuladas. A literatura ultrapassa sua condição de manifestação estética para assumir papel fundamental na interpretação da experiência humana e na construção simbólica das sociedades.

Os diálogos estabelecidos entre literatura brasileira e literatura comparada permitiram compreender que os processos de formação cultural e identitária não ocorrem de forma isolada, mas são resultantes de contínuas trocas, influências, apropriações e ressignificações entre diferentes tradições literárias. Nesse contexto, a literatura brasileira revela-se como espaço de convergência entre elementos locais e universais, preservando especificidades históricas e culturais sem perder sua inserção em debates mais amplos acerca da condição humana.

A discussão sobre teoria literária e narrativa demonstrou que a construção de sentidos constitui um dos aspectos centrais da produção literária. A narrativa não apenas organiza acontecimentos e experiências, mas produz interpretações da realidade, articulando memória, subjetividade e linguagem. A literatura transforma-se, assim, em mecanismo de elaboração simbólica das experiências individuais e coletivas, permitindo que os sujeitos compreendam a si mesmos e ao mundo por meio das histórias que contam e recontam.

A reflexão acerca da poesia, da memória e da subjetividade evidenciou a capacidade da linguagem poética de preservar experiências, elaborar afetos e reconstruir identidades. A poesia configura-se como espaço privilegiado para a manifestação da memória individual e coletiva, possibilitando a permanência de narrativas frequentemente silenciadas pelos discursos oficiais. Ao mesmo tempo, a subjetividade poética amplia as possibilidades de representação da experiência humana, promovendo novas formas de percepção e conhecimento.

A problematização do cânone literário revelou que os processos de legitimação cultural são historicamente construídos e atravessados por relações de poder. Nesse sentido, as discussões sobre resistência demonstraram a importância das produções literárias que desafiam modelos hegemônicos de representação, ampliando os espaços de visibilidade para grupos historicamente marginalizados. A literatura de resistência reafirma o potencial transformador da arte, permitindo a emergência de novas vozes, memórias e perspectivas culturais.

Dessa forma, conclui-se que a literatura constitui um importante instrumento de preservação da memória, construção da identidade e resistência cultural. Ao articular narrativa, poesia, subjetividade e reflexão crítica, a produção literária contribui para a compreensão das múltiplas dimensões da experiência humana, reafirmando sua relevância para os estudos culturais, históricos e educacionais contemporâneos.

Referências

ARAÚJO, Nabil. O que é que resiste, afinal, na resistência à teoria? (Historiografia literária, violência canônica, domesticação da alteridade). **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 23, n. 44, p. 109-135, 2021.

BAUNILHA, Eduardo Fernando. **Nos meandros da narratividade: a memória em três tempos da literatura brasileira**. 2016. 179 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CAIRO, Luiz Roberto Veloso. Memória cultural e construção do cânone literário brasileiro.

Scripta, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 32-44, 2001.

CRUZ, Adélcio de Sousa. Algumas indagações e breve exercício de interpretação: teoria e literatura brasileira contemporânea. *Gláuks: Revista de Letras e Artes*, v. 17, n. 2, p. 12-25, 2017.

GOMES, Mariana Andrade. A voz inflamada do poeta França. **Litterata**, Ilhéus, v. 7, n. 1, p. 120-132, 2017.

INÁCIO, Êmerson da Cruz. Mas o que pode a literatura? (...) O que podem as palavras? **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 23, n. 44, p. 148-160, 2021.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de; BARBERENA, Ricardo Araújo. Literatura e ética: notas para um diálogo que não se acaba. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 51, p. 11-21, 2017.

PEREIRA, Daniella Sigoli. **A relação entre narrativa poética, memória e esquecimento em Memória de elefante, de António Lobo Antunes**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2016.

SECCHIN, Antonio Carlos. Percursos da poesia brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. História e literatura: múltiplas questões e possibilidades. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 85, 2025.

WALTER, Roland. Literatura, teoria e descolonização: uma poética de reorientação cultural enquanto estratégia de resistência. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 25, n. 49, p. 9-21, 2023.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.